

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCIANE DE MOURA CRUZ

**LEI 128/08: OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL PARA O
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

CACOAL – RO
2011

LUCIANE DE MOURA CRUZ

**LEI 128/08: OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL PARA O
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Artigo de conclusão de curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Prof^a. Ms. Estela Pitwak Rossoni.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “LEI 128/08: OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL”, elaborado pela acadêmica LUCIANE DE MOURA CRUZ, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Profª. Ms. Estela Pitwak Rossoni.

Presidente

Profª Andréia...

Membro

Prof.....

Membro

Média

CACOAL – RO
2011

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Elena e Sebastião e a meu filho Gabriel Henrique – pessoas mais que importantes na minha vida – pelo esforço, dedicação e compreensão em todos os momentos desta caminhada e de outras caminhadas que com paciência compreenderam os motivos da minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas. Para a realização deste trabalho de conclusão de curso, pude contar com várias. A elas prestarei, em poucas palavras, sinceros agradecimentos:

À Deus, primeiramente, por guiar meus passos e minha vida, me dando sabedoria e discernimento para prosseguir nessa caminhada.

À professora e orientadora Estela Pitwak Rossoni pela dedicação, carinho e respeito durante toda a orientação, sem deixar de lado o rigor das correções.

Aos colegas de turma, especialmente minhas queridas amigas, Denise, Jamili, Tafsa, Priscila e Shirley, companheiras incondicionais nessa caminhada, que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando bons e maus momentos, dando-me força e apoio para seguir em frente, em todas as etapas do curso.

Aos demais professores do curso pelos conhecimentos transmitidos.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização deste sonho.

A vocês, o meu MUITO OBRIGADA.

LEI 128/08: OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Luciane de Moura Cruz¹

RESUMO: A figura do microempreendedor individual foi criada pela Lei 128/08 e em seu bojo trouxe a possibilidade de inclusão social dos empreendedores individuais, que são mais de 170 atividades profissionais possíveis de se inscrever como Microempreendedor Individual. Porém mesmo com todas essas vantagens muitos empreendedores individuais continuam na informalidade, o que levou à problemática desta pesquisa, visando saber por que mesmo diante da criação de uma lei que facilita a formalização muitos microempreendedores individuais continuam na informalidade? Demonstrar a aceitação da Lei n. 128/08, apontando as vantagens sociais trazidas com a formalização do microempreendedor individual; identificar as causas de uma possível resistência dos microempreendedores individuais em aderir ao programa e as eventuais dificuldades encontradas pelos mesmos para se formalizar foram os principais objetivos da pesquisa. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo exploratório-descritivo, baseado no método dedutivo e nas técnicas de pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo. O resultado da pesquisa demonstrou que para os entrevistados a inserção da Lei 128/08 no ordenamento jurídico brasileiro, propiciou a concretização de vários sonhos, pois encontraram na Lei 128/08 o respaldo e a oportunidade que há muito esperavam para, enfim, fortalecer seus negócios, trabalhar com segurança e amparo legal, fazer jus aos benefícios previdenciários e financeiros, além de ter tranquilidade para exercer suas atividades comerciais sem medo de ser surpreendido por uma fiscalização que os obrigassem a encerrar suas atividades.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual. Inclusão Social. Empreendimento.

INTRODUÇÃO

No Brasil há um elevado número de empresas na informalidade. Segundo a mais recente pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003), essas empresas vem gerando empregos onde muitos trabalhadores não possuem registro formal, proteção social e legal e, e essa informalidade acarreta restrições ao crescimento, tanto profissional quanto social desses trabalhadores. Pensando nisso o governo brasileiro editou a Lei n. 128/08, a qual oferece ao microempreendedor individual a oportunidade de formalização de seu negócio sem a

¹ Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal – e-mail: ludemouragh@hotmail.com. Orientadora Prof. Ms. Estela Pitwak Rossoni.

incidência da forte carga tributária relacionada aos empresários e microempresários convencionais.

É de fundamental importância para o Contador compreender a relevância social desta nova figura empresarial criada pelo Governo, entendendo isso como uma forma de regularizar os milhões de empreendedores informais existentes no Brasil; descrever como é o processo de sua formalização e características na busca de obter conhecimento sobre este regime que criou condições para o trabalhador conhecido como informal possa ser um empreendedor individual legalizado.

Diante disso, esta pesquisa que se destina à análise da Lei n. 128/08, com uma oportunidade de inclusão social para o microempreendedor individual no município de Cacoal, visando destacar os benefícios de sua adesão, quanto a oportunidades e direitos jurídicos, técnicos e possibilidades de crescimento na sua atividade empresarial.

A escolha de tal objeto se deu, uma vez que a crescente evolução tecnológica, a velocidade dos negócios e o avanço das comunicações ocorridos nas últimas décadas propiciaram um cenário apropriado para a expansão não apenas das multinacionais, mas também para o surgimento de novos pequenos empreendedores, os quais exercem uma notável relevância no panorama econômico do país.

A complexidade e quantidade da tributação fiscal no Brasil é um fator que faz com que muitos empreendedores vivam na ilegalidade. Segundo, Oliveira *et al* (2007, p.38-39), os microempreendedores não suportam a tributação imposta no Brasil e isso faz com que deixem de contribuir para o desenvolvimento do país e acabam por não usufruírem de diversos benefícios derivados da legalização.

Assim, entende-se que a Lei n. 128/08 veio para corrigir essa distorção, pois visa proporcionar ao empreendedor individual a oportunidade de inclusão social a partir da formalização de sua atividade. No entanto, mesmo com o advento desta lei muitos empreendedores individuais continuam na informalidade, o que levou ao seguinte questionamento: Por que mesmo diante da criação de uma lei que facilita a formalização muitos microempreendedores individuais continuam na informalidade?

Diante desta problemática a presente pesquisa tem como objetivos demonstrar a aceitação da Lei n. 128/08, apontando as vantagens sociais trazidas com a formalização do microempreendedor individual; identificar as causas de uma

possível resistência dos microempreendedores individuais em aderir ao programa e as eventuais dificuldades encontradas pelos mesmos para se formalizar.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo exploratório-descritivo, baseado no método dedutivo e nas técnicas de pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo, com coleta de dados realizada por meio de instrumento semi-estruturado de tipo formulário, com entrevista realizada pela pesquisadora após escolha por amostragem de 20 empreendedores formalizados escolhidos de forma intencional, pois era este o objeto da pesquisa, entre os 698 microempreendedores que compreendem a população estudada na cidade de Cacoal, de acordo com relação CCM MEI fornecida pela Prefeitura Municipal de Cacoal.

Embora tenham sido selecionados 20 (vinte) empreendedores para serem entrevistados, só foi possível proceder entrevista com 12 (doze), os quais representam 1,7 % da população estudada. Cabe ressaltar que desses 12 (doze) entrevistados 08 foram indicados pelo SEBRAE e 04 (quatro) foram indicados por outros entrevistados - técnica *Snowball*. (MARTINS, 2007).

A análise dos dados coletados aconteceu de forma qualitativa.

O formulário aplicado era composto de 10 (dez) questões abertas direcionadas aos microempreendedores formalizados. A coleta de dados se deu por amostragem. As entrevistas foram realizadas nos dias 22 e 24 de novembro de 2011, junto a 12 (doze) empreendedores, depois de o instrumento ter sido considerado pronto.

Concluída a pesquisa de campo, os dados foram tabulados para serem evidenciados, analisados para subsidiar as considerações finais acerca dos objetivos, aplicando-se a técnica de análise de conteúdo essencialmente para as questões abertas.

Desta forma, o presente trabalho ficou estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo traz-se o conceito de empreendedorismo de forma ampla; a análise da informalização brasileira e a compreensão de empreendedorismo individual; no segundo uma leitura sobre a Lei n. 128/08 e as vantagens e desvantagens de ser um microempreendedor individual e, por fim, a análise dos resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada juntos aos microempreendedores individuais, além das considerações finais.

1 EMPREENDEDORISMO

Para melhor situar o leitor ao contexto do trabalho, faz-se necessário trazer o significado do termo empreendedorismo.

De acordo com as informações extraídas do sitio suapesquisa.com (2011), “Empreendedorismo é o estudo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à criação de um projeto (técnico, científico, empresarial). Tem origem no termo empreender que significa realizar, fazer ou executar.”

Nesse sentido, Dornelas (2001, p 10) assevera que,

O empreendedorismo são maneiras de fazer as coisas acontecerem, se antecipando aos fatos, ou seja, antecipando o futuro das organizações. [...] O trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente.

Feitas essas considerações, será analisado, a seguir, a questão da informalidade brasileira, assunto relevante para compreensão do trabalho.

1.1 A INFORMALIDADE BRASILEIRA

A economia informal responde quase pela totalidade das pequenas empresas brasileiras, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com o SEBRAE em 2003 com o objetivo de retratar a informalidade do país.

Pela metodologia da pesquisa do IBGE, empresa informal é aquela que não tem um sistema de contas claramente separado das contas da família e emprega de uma até cinco pessoas, incluindo empregados e pequenos empregadores. A firma pode até ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, mas se não tiver sistema de contabilidade próprio, é informal.

Os trabalhadores por conta própria e os autônomos estão nesse universo, mas uma pessoa que trabalha sem carteira assinada para uma empresa formal não está no universo da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa incluiu empresas registradas na Prefeitura Municipal e no SEBRAE, com eventuais trabalhadores com carteira assinada, desde

que tivessem contabilidade simples, baixa escala de produção, organização gerencial simples e quase nenhuma separação entre o capital e o trabalho.

Esse critério se diferencia do conceito tradicional, para quem informal é o empreendedor sem registro. Mas todos os dados mais aprofundados e os percentuais da pesquisa têm como referência o conceito do IBGE. De acordo com IBGE (2003) em parceria com o SEBRAE, o número de pequenas empresas no país alcança aproximadamente 10.525 milhões consideradas como empresas não agrícola. Desse total, 98% fazem parte do setor informal, o equivalente a 10.335.962 de empresas informais e que ocupam 13.860.868 pessoas.

Comparada à de 1997 (a mais recente), houve aproximadamente 9% de crescimento no número de empresas na informalidade. Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não remunerados, predominando o sexo masculino na maior parte das categorias com 64%.

Nessa pesquisa, a maioria das empresas do setor informal pertencia a trabalhadores por conta própria com 88% e apenas 12% eram pequenos empregadores. Das empresas pesquisadas 95% tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada.

Ainda nesse estudo, as atividades econômicas destacáveis no setor informal são o comércio e reparação, construção civil e a indústria de transformação e extrativa com 32,9%, 17,5% e 15,8 respectivamente. Nesta pesquisa também destacou que o funcionamento da empresas, 65% desenvolviam sua atividade produtiva somente fora do domicílio, 27% exclusivamente no domicílio do proprietário e 8% no domicílio do proprietário e fora dele, resultado influenciado pelo peso de atividades como comércio e construção civil.

Os negócios informais nas cidades estão concentrados no comércio, nos pequenos serviços, nas pequenas fabricas de fundo de quintal e na construção civil. São setores com forte presença na economia e que garantem a sobrevivência de muitas pessoas. Pode-se considerar ocupações precárias, sem proteção social ou legal.

Com a informalidade a empresa poderá continuar pequena ou desaparecer rapidamente, já que o ambiente de negócio não permite a ela acesso a crédito, uma

situação regular, de formalidade e aumento de produtividade. Assim, um negócio na informalidade, tem grandes possibilidades de não ter crescimento, já que uma empresa formal tem assistência técnica, jurídica, contábil e fornecimento de crédito para que essas empresas possam adquirir máquinas e ferramentas que desenvolvam seu potencial produtivo, tendo mais incentivos de quem não está na legalidade.

2 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Com o intuito de regularizar os diversos profissionais autônomos, que possui atividade micro empresarial, mas que se encontram irregulares e sem poder contar com diversos benefícios, dentre eles os previdenciários, o governo federal criou a figura do Micro Empreendedor Individual – MEI, através da edição da Lei Complementar n. 128/2008 que promoveu a alteração da Lei Complementar 123/2006 - Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

Ruthes (2009, p.21), traz o texto da Lei Complementar n. 128/2008 que define a figura do microempreendedor individual, inserida na Lei n. 123/06, como

Art. 18-A (*omissis*)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

Como se vê o conceito de microempreendedor individual foi baseado em outras leis como, por exemplo, o Código Civil.

Assim, para ser considerado empreendedor individual é necessário que o empresário que tenha auferido, no ano anterior, receita bruta de no máximo R\$ 36.000,00, seja optante pelo Simples Nacional e não estiver impedido pelo que trata a Lei Complementar n. 123/06.

No Portal do Empreendedor (2009) é possível encontrar a definição de Empreendedor Individual como sendo uma

pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar, no máximo, R\$ 36.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa

como sócio ou titular e ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Com a inserção da Lei n. 128/08 no ordenamento jurídico brasileiro, um universo de microempresários com faturamento de até R\$ 36 mil por ano ganhou um grande incentivo para sair da informalidade.

Dessa forma a lei do microempreendedor individual passou a ser vista como um instrumento de criação de oportunidade de inclusão social.

2.1 A LEI N. 128/08: LEGALIZAÇÃO E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL

O Princípio Constitucional da Função Social da Pequena Empresa aduz que “As pequenas empresas são, em geral, fontes de recursos para as maiores camadas populacionais do país, sendo responsáveis por geração de emprego, renda, ocupação lícita, inclusão social, distribuição de riquezas, geração de recursos, incubadoras de testes de mercados regionais e ampliam as oportunidades de crescimento setorial sustentável, empreendedorismo e pacificação social”.

Por este princípio fica evidente que a função social da pequena empresa tem como escopo fomentar e viabilizar os pequenos empreendimentos dado seu importante papel sócio econômico e, é por isso, que o Estado ao longo dos tempos vem criando normas de natureza beneficiadora das pequenas empresas.

São normas oriundas de políticas públicas que tem como cunho as ações afirmativas, pois objetivam tratamento diferenciado ao pequeno empresário e ao microempreendedor individual.

Segundo Ruthes (2009, p.23):

A legalização do MEI trás inúmeras vantagens para os empreendedores, com a informalidade os empreendedores vivem em constante estado de alerta surgido pelo medo de uma fiscalização, isso faz com que haja a constante mudança de endereço por não ter um local legalizado. O que gera uma insegurança jurídica por parte dos fornecedores, clientes e financeiras, pois ele também não tem comprovação de renda. Legalizando seu negócio o empreendedor resgata sua cidadania.

Fazendo uma comparação com o tratamento dispensado às demais espécies de sociedades empresariais como: sociedade limitada; sociedade em

nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade anônima e sociedade em comandita por ações, pode-se notar que aos microempreendedores foi aberta uma margem grande de vantagens para que esses pequenos empreendedores possam iniciar suas atividades de forma empresarial, legalizada e exitosa.

A legislação que trata a matéria sofreu alterações com a edição da Lei Complementar 123/06, batizada de Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e, posteriormente, com a edição da Lei complementar 128/08 que trouxe relevantes alterações.

O diploma legal em comento, entre as várias inovações trazidas em seu bojo, estabeleceu tratamento específico para o Microempreendedor Individual – MEI, em que o principal objetivo é incentivar que as várias categorias de microempreendedores de lucratividade reduzida deixem a informalidade e ilegalidade.

Ainda segundo Ruthes (2009, p.23):

Com a legalização, o empreendedor tem a facilitação de negociação com os fornecedores, os quais terão mais confiança para a abertura de crédito, e também a possibilidade de negociação de prazos maiores e descontos. Com isso o empreendedor reduzirá custos e conseqüentemente ampliar os lucros, futuramente reinvestindo em seu negócio ou investindo em melhorias profissionais ou dos produtos.

E são essas vantagens e benefícios oferecidos pelo novo diploma legal para que os microempreendedores individuais saiam da informalidade e ilegalidade que serão evidenciados a seguir.

2.2 AS VANTAGENS DE SER UM MEI

A Lei Complementar n. 128, editada no final do ano de 2008, a qual altera o Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pode estar passando despercebida por muitos. Porém, essa lei traz a criação do Microempreendedor Individual - MEI, que passou a vigorar a partir de julho de 2009.

E, inúmeras são as vantagens para quem deseja ter um negócio próprio legalizado e com uma carga tributária reduzida.

Segundo Carvalho (2009, p.01), essas vantagens são:

1) A legalização do negócio bem como a primeira declaração anual serão feitas de forma gratuita, pelos contadores; 2) Toda a parte burocrática terá

custo zero também para as taxas de alvará, etc; 3) Os impostos serão em valores fixos e hoje, no total de R\$ 56,15, sendo R\$ 51,11 para a Previdência Social (equivalente a 11% do salário mínimo), mais R\$ 5,00 de ISS – Imposto Sobre Serviços e apenas R\$ 1,00 de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias. E mais nada; 4) Os novos empresários terão direito aos benefícios da Previdência Social como aposentadoria por idade e outros auxílios; 5) A empresa será registrada no CNPJ – Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, e terá personalidade jurídica própria. Isso quer dizer que a empresa poderá comprar, vender e até participar de licitações, podendo gerar uma renda extra que antes nem se poderia imaginar em obter; 6) Poderão ser emitidas Notas Fiscais para todas as suas vendas, sendo obrigatórias somente quando houver venda para pessoas jurídicas, ou seja, para outras empresas; 7) O MEI ainda poderá ter um empregado registrado – desde que este receba entre o salário mínimo e o piso salarial da categoria, pagando apenas mais 3% do salário do empregado, a título de Previdência Social. É uma excelente forma de evitar ter empregados sem registro e estar sujeito às reclamações trabalhistas. Também caso o empregado sofra um acidente de trabalho, por exemplo, terá sua remuneração assegurada pela Previdência Social; 8) Praticamente todos podem ser Microempreendedores Individuais. Camelôs, ambulantes, vendedoras de cosméticos, verdureiros, cabeleireiros, eletricitas e outros profissionais que vivem sem poder comprovar uma renda formal, sem poder emitir uma nota fiscal e até mesmo sonhar mais alto com um crescimento, pois a carga tributária era incompatível com o início dos pequenos negócios; 9) A partir da formalização da empresa, poderá fazer empréstimos bancários para crescer, com taxas bem menores que as praticadas para as pessoas físicas.

Entre as vantagens de se tornar uma pessoa jurídica e estar regularizado perante as Fazendas Públicas federal, estadual e municipal, está a facilidade de aquisição de créditos e direito à aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Ficam isentos de vários tributos, pagando um valor fixo mensal de INSS, ICMS, e, quando necessário, ISS. Com isso, ganham direito à aposentadoria por idade, invalidez, reclusão e licença-maternidade.

Na condição de Micro empreendedor Individual, o empreendedor terá a oportunidade oferecida pela Lei 128, tendo como vantagem o registro no CNPJ, o que pode facilitar fatos no mundo empresarial, como abertura de conta bancária, empréstimos, emissão de notas fiscais, máquinas de cartão de crédito, contratar um empregado, participar de licitações e o empreendimento estará resguardado pelo direito empresarial.

Também será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos impostos federais que são: Imposto de Renda, PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Nesse sentido Ruthes (2009, p.23-24):

Com a formalização do negócio é possível que o empreendedor individual emita documentos fiscais e também ter um CNPJ, ocorrências imprescindíveis para as licitações públicas e clientes pessoas jurídicas, além de fornecer notas fiscais também para os clientes pessoas físicas, que cada vez mais exigem empresas lícita e documentadas.

Para se inscrever como Empreendedor Individual, o trabalhador deve exercer atividades em uma das categorias descritas no Portal do Empreendedor tais como comércio e indústria em geral, escritórios de serviços contábeis; serviços de natureza não intelectual/sem regulamentação legal, como por exemplo: ambulante, camelô, lavanderia, salão de beleza, artesão, costureira, lava-jato, reparação, chaveiros e muitos outros.

Ressalta-se que essas regras valem apenas para aquele empresário individual que exerce profissionalmente atividade econômica de produção e/ou circulação de mercadorias ou prestação de serviços e não tenha faturamento anual superior a 36 mil reais ao ano, o que se traduz em uma média de R\$ 3.000,00 por mês.

Além disso, o empresário informal que pretende obter o enquadramento no MEI deve possuir apenas um estabelecimento e não participar de qualquer outra empresa como titular, sócio ou administrador, nem ter mais de um empregado contratado.

Saindo da informalidade o microempreendedor individual terá ainda outra vantagem que é a possibilidade de emissão de comprovante de renda, exigido para diversas finalidades como, por exemplo, para solicitar empréstimos em instituições financeiras não apenas para investimento e aprimoramento do próprio negócio, mas também para uso pessoal, com a aquisição de bens móveis e imóveis.

Não obstante todas as vantagens já elencadas, o microempreendedor individual – MEI, também não precisa apresentar contabilidade, sendo necessário apenas a apresentação de uma declaração anual, nem emitir nota fiscal, quando prestar serviços ou vender para pessoas físicas. Entretanto, haverá obrigação de emissão se a transação for com pessoa jurídica.

Observa-se que inúmeras são as vantagens e benefícios trazidos pela Lei do Microempreendedor individual, resta saber se os interessados diretos tem conhecimento sobre essas vantagens; se estão aproveitando-as para se legalizar e

aprimorar seus empreendimentos. É, pois, o que será visto a seguir com a análise e discussão dos dados coletados na pesquisa de campo.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após o levantamento dos dados e tabulação dos mesmos, pode se observar como se sentem os microempreendedores, quais são suas expectativas e as vantagens percebidas após a formalização do negócio. A pesquisa foi realizada com base nos dados fornecidos pela Prefeitura do município de Cacoal/RO (relação de CCM MEI na qual constam 698 empresários individuais formalizados) e pelo SEBRAE que forneceu uma relação de 20 microempreendedores formalizados. No entanto, dessa lista somente foi possível entrevistar 12. Foi aplicado um formulário composto de 10 (dez) questões abertas direcionadas especificamente aos MEIs formalizados, conforme se verá a seguir. Reprisa-se que o quantitativo de empresários entrevistados corresponde a 1,7% da população estudada.

Os 12 empreendedores entrevistados são segmentos diferentes, sendo eles, costureiras, cabeleireiros, pedreiros, chaveiros, mecânicos, tapeceiros, marceneiros, torneiros, joalheiros e profissionais da área de informática.

Dos entrevistados um total de 09 (76%) estão em faixa etária acima dos 40 anos idade e 03 (24%) em faixa etária entre 20 e 30 anos de idade.

Para saber se a Lei n. 128/08 atingiu ao objetivo para qual foi criada, foi necessário indagar os entrevistados sobre o tempo em que trabalham como microempresários individuais. A essa indagação 08 (66,5%) dos entrevistados responderam que trabalhavam como MEI há 10 anos ou mais, seguido de 04 (33,5%) que responderam exercer atividade por período inferior a 10 anos.

Questionados há quanto tempo o empreendimento do entrevistado estava formalizado, 100% responderam que há menos de 02 anos, evidenciando que as vantagens trazidas pela Lei n. 128/08 foi primordial para a formalização do negócio.

É um indicador bastante expressivo, pois retrata a importância da criação da Lei n. 128/08 como forma de inclusão social para os MEIs, uma vez que a formalização só foi possível ante a simplificação do procedimento e a concessão de benefícios que permitem aos microempreendedores arcar com os encargos sem prejudicar seu sustento e de sua família.

No que se refere aos motivos ensejadores da formalização do negócio, 76% dos entrevistados responderam que o fator preponderante foi o fato de estarem a muito tempo trabalhando como autônomos, na informalidade, bem como a preocupação com a aposentadoria, já que não contribuía com a previdência social e estão próximos a se aposentar. Já o público mais jovem, representado por 24% dos entrevistados, revelam interesse em outros benefícios que a lei trouxe como conseguir créditos financeiros em bancos, abertura de contas, e principalmente o registro do CNPJ para emissão de notas fiscais que lhes possibilita a venda para empresas e órgãos públicos que as exigem, para com isso melhorar o rendimento mensal, facilitando e ampliando a relação com fornecedores de mercadorias.

Assim, do total de entrevistados, 33,3% visam usufruir dos benefícios trazidos pela lei, notadamente, no que concerne a contribuição com a previdência social e o direito a aposentadoria; 41,7% almejam o registro do CNPJ e seus benefícios tais como a emissão de nota fiscal, abertura de conta em banco e fornecimento de crédito para seu empreendimento e 25% visam tranquilidade e segurança no ambiente de trabalho que é constantemente ameaçado pelo medo de uma fiscalização vir a fechar o estabelecimento não formalizado.

Considerando que o legislador ao criar a Lei n. 128/08 quis abarcar o maior número de microempreendedores individuais, oferecendo vários benefícios e vantagens para a formalização de seus negócios, era primordial indagar dos entrevistados se era possível perceber alguma vantagem após a formalização e, a esta questão, 100% dos entrevistados responderam que perceberam alguma vantagem, como por exemplo, a tranquilidade para trabalhar sabendo que está seguro pelo INSS caso algo lhes impeça de trabalhar por determinado período.

A legalização do empreendimento, segundo os entrevistados, não lhes oferece apenas benefícios previdenciários ou financeiros, mas também satisfação pessoal, tranquilidade e segurança no ambiente de trabalho.

Outro fato constatado com a pesquisa é que, diante da formalização, os benefícios almejados foram alcançados, ou seja, foi possível abertura de conta corrente em bancos, com direito a limite, cheques e créditos; registro de 01 funcionário; emissão de nota fiscal; acesso à máquina de cartão de crédito; inscrição no CNPJ, possibilidade de compra de determinados fornecedores e venda para órgãos públicos; segurança e tranquilidade; a confiança dos clientes e crédito no mercado.

Um dos benefícios que a lei é a possibilidade de contratação de 01 (um) funcionário. No entanto, com a pesquisa, constatou-se que apenas 02 (16,6%) dos entrevistados possui funcionário com carteira assinada, sendo que a maioria absoluta, 06 (50%) dos entrevistados, não possui funcionário com carteira assinada, mas tem um familiar que auxilia nas atividades (filho, tio, esposa, esposo) e, 04 (33,4%) dos entrevistados trabalham sozinhos.

Quando perguntado como imaginavam seu empreendimentos daqui a alguns anos, 100% dos entrevistados responderam que pretendem melhores condições financeiras; ampliação do estabelecimento; contratação de funcionários; mudança de categoria, já que veem no MEI um alicerce para o desenvolvimento da empresa.

Nota-se que o intuito, unânime, dos entrevistados é crescer e se fortalecer no mercado, tornarem-se grandes empresários, para cujo objetivo o MEI está sendo a porta de acesso para a realização desse sonho, já que 09 (75%) acreditam que aumentarão os negócios, se fortalecerão no mercado e tem a pretensão de chegar a ME ou EPP. Os outros 03 (25%) não acreditam que haverá grandes mudanças na estrutura física do estabelecimento devido às limitações impostas pela lei no que se refere à contratação de funcionários e a renda anual fixada de R\$ 36.000,00. No entanto, reconhecem a importância da lei, pois através da legalização novas portas se abrirão.

Questionados se acreditavam que os benefícios trazidos pela Lei n. 128/09 iria ajudar a alcançar o empreendimento imaginado para o futuro, 100% dos entrevistados responderam que sim, pois as Leis n. 123/ e 128/08 trouxeram o suporte necessário que os MEIs precisavam para sair da informalidade, uma vez que simplificaram os procedimentos e apresentaram vários benefícios.

Instados se tinham interesse em receber o resultado da pesquisa, 11 (91,7%) dos entrevistados responderam que sim.

Isso parece demonstrar seu interesse em saber qual foi o resultado a que se chegou com a pesquisa, demonstrando a importância da realização de trabalhos acadêmicos que explorem a realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível perceber que após a criação da figura do empreendedor individual houve uma considerável adesão dos

microempreendedores do município de Cacoal à proposta, contribuindo, assim, para o crescimento econômico daquele município.

Durante a pesquisa percebeu-se que os diversos empreendimentos visitados surgiram da necessidade de complementação da renda familiar e da dificuldade de ingresso no mercado de trabalho com carteira assinada.

Também foi possível constatar que dentre os empreendedores entrevistados 83,5% trabalha em estabelecimento próprio; 16,5% não possui um ponto de comércio, isto é, desenvolvem suas atividades em suas próprias casas.

Além disso, ficou evidente que a criação da lei 128/08 foi de fundamental importância para inserir essa parcela de empreendedores individuais informais que devido ao excesso de burocracia e a complexa tributação do país deixavam de usufruir dos benefícios advindos da formalidade.

Essa afirmação fica ainda mais visível ao observar que 66,5% dos entrevistados afirmaram terem trabalhado na informalidade por mais de 10 anos, pelo fato de não terem condições financeiras para arcar com honorários mensais de um contador, já que o perfil oferecido as ME's estaria longe de sua realidade financeira.

A partir do momento em que passou a vigorar a Lei 128/08 os empreendedores individuais entrevistados perceberam que não havia mais razão para permanecerem na informalidade. Assim, uma vez que tiveram conhecimento da figura do MEI não apresentaram qualquer resistência em se formalizar e usufruir dos benefícios dessa nova condição empresarial.

Os dados levam a acreditar que a formalização dos empreendimentos dos entrevistados, só aconteceu devido à simplificação da carga tributária trazida pela Lei 128/08, uma vez que 100% dos entrevistados revelaram que sempre tiveram vontade de ser formalizados, mas não o faziam devido ao auto custo financeiro.

Todos os entrevistados veem na Lei 128/08, a oportunidade de ampliação do negócio, mudança e categoria e contratação de mais funcionários. Para isso, o MEI é visto como um alicerce para o desenvolvimento de sua empresa, uma porta que se abriu para início da conquista de um sonho.

A inserção da Lei 128/08 no ordenamento jurídico brasileiro, demonstra que promoveu e continua promovendo inclusão social, pois propiciou a concretização de vários sonhos, dado que a totalidade dos entrevistados declararam ter encontrado na Lei 128/08 o respaldo e a oportunidade que esperavam para, enfim, fortalecer

seu negócio, trabalhar com a segurança e o amparo legal desejado, pois essa legalidade oferece não apenas benefícios previdenciários e financeiros, mas também satisfação pessoal, tranquilidade e segurança no ambiente de trabalho.

Dessa forma, considerando que a população de MEIs formalizados ultrapassa ao número de seiscentos (dados fornecidos pela Prefeitura Municipal), denota-se uma boa aceitação da Lei n. 128/08 pelos microempreendedores individuais de Cacoal.

Por fim, ressalta-se que a hipótese da resistência em se formalizar não se confirmou, eis que a adesão ao programa dos microempreendedores individuais de Cacoal pesquisados, levando-se em conta o percentual estudado, foi satisfatória, uma vez que o número de MEIs formalizados superior a seiscentos deve ser considerado expressivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 ag. 2011.

BRASIL. **Lei n.º 128, de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2011.

CARVALHO, Zenaide. **As vantagens de ser um MEI – microempreendedor individual.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 08 out 2011.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor.** São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo:** Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ELAINA, Jeniffer. **Empreendedor individual:** como funciona. Disponível em: <<http://www.clubedodinheiro.com.br>>. Acesso em: 10 de set 2011.

IBGE. Brasil tem mais de 10 milhões de Empresas na informalidade. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 de out. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Teófilo Lourenço. **Manual básico para elaboração de monografia.** Ji-Paraná: ULBRA, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Theóphilo, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Martins de. *et al.* **Manual da contabilidade tributária**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **O empreendedor individual**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>>. Acesso em: 10 out 2011.

SEBRAE. **MPES de comércio e serviços chegam a 5,5 milhões**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 05 out 2011.

SOUZA, Lucas de. GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Atlas, 2005.

RUTHES, Neimar Arailto. **Microempreendedor individual**. Francisco Beltrão: Clube de Autores, 2009.

ZANLUCA, Júlio César. **MEI – microempreendedor individual**. Distribuição: Portal Tributário Editora e Maph Editora. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 20 set 2011.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

CAMPUS DE CACOAL – RO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Professora Ms. Orientadora: Estela Pitwak Rossoni

Acadêmica: Luciane de Moura Cruz

Formulário para pesquisa sobre MICROEMPREENDEDOR FORMALIZADO em
Cacoal – RO

ROTEIRO:

- 1 – Identificar o estabelecimento e o proprietário.
- 2 – Qual sua idade (do proprietário)?
- 3 – Há quanto tempo você trabalha como MEI?
- 4 – Há quanto tempo seu empreendimento está formalizado?
- 5 – O que o levou a buscar a formalização do seu negócio?
- 6 – Após a formalização você percebeu alguma vantagem? Quais?
- 7 – Possui algum funcionário?
- 8 – Como você imagina seu empreendimento daqui há alguns anos?
- 9 – Você acredita que os benefícios trazidos pela Lei n. 128/08 ajudará você a conseguir o empreendimento agora imaginado?
- 10 – Você gostaria de receber o resultado desta pesquisa?

SOLICITAÇÃO

Eu Luciane de Moura Cruz , acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal , sob a matrícula 200712110, portadora de C.I. 992396 SSP/RO inscrita sob o CPF: 835174302-00, residente e domiciliada na Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, nº4848, centro no município de Novo Horizonte do Oeste, venho por meio desta requerer a prefeitura do município de Cacoal, divisão da Receita, dados quantitativos sobre os Microempreendedores Individuais deste município, que se fazem necessários para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC.

Luciane de Moura Cruz